

PMDB começa a retalição contra Judiciário

126

Gustavo Miranda

BRASÍLIA — O PMDB quer abrir as contas bancárias de todos os juízes. A tensão criada com a possibilidade de o Judiciário vir a contrariar a decisão do Legislativo — que cassou os direitos políticos do ex-presidente Collor — está levando os parlamentares a proporem medidas que exerçam controle sobre aquele Poder. O Conselho Nacional do PMDB, reunido ontem para tratar das prévias do partido, decidiu também apresentar uma emenda ao projeto de lei complementar do senador Pedro Simon (RS), que prevê a exclusão do benefício do sigilo bancário para integrantes do Executivo e do Legislativo, para estender a medida ao Judiciário e, também, às concessionárias de serviços públicos.

— Se o Legislativo e o Executivo podem ter seu sigilo bancário quebrado, por que ficaria excluído o Judiciário? — observou o presidente do PMDB, Luiz Henrique (SC). A sugestão de estender ao Judiciário e às concessionárias de serviços públicos a lei proposta pelo senador Simon, foi apresentada durante a reunião do Conselho pelo governador do Paraná, Roberto Requião, e imediatamente aceita por todos os presentes.

Mas o autor do projeto, que originalmente propunha a exclusão do sigilo bancário apenas para o Legislativo, espera contem-



Pedro Simon, autor do projeto original, prefere incluir o Judiciário depois

porizar e convencer a cúpula do partido sobre a conveniência de apresentar a emenda em uma segunda etapa, para que não se configure como represália.

— Eu só incluí o Executivo no projeto, porque o presidente Itamar Franco me pediu. No projeto original só havia tratado do Legislativo, porque é ele agora que está sendo alvo de investigação. Acho correto que futuramente se estenda ao Judiciário e aos governadores e prefeitos, também. Mas não agora. Vai parecer retalição. O momento é de discurso — avaliou Simon,

que foi à tribuna do Senado criticar com veemência a postura do Judiciário.

O projeto de lei complementar exclui do sigilo bancário os deputados federais, os senadores, os ministros de Estado, o presidente e o vice-presidente da República, os dirigentes partidários e os presidentes e diretores de entidades da administração direta e indireta. Desde outubro passado que o projeto de Simon ganhou urgência, mas até hoje o senador não conseguiu reunir no plenário os autores dos 41 votos necessários para aprovar a matéria.